

Congresso Nacional e a Reforma Administrativa: Perspectivas e Estratégias de atuação

**Panorama sobre o andamento da Reforma no Legislativo e as
estratégias possíveis para enfrentamento no Congresso Nacional**

Neuriberg Dias

Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

08/07/2025

1. Contexto atual

- **Pacto entre mercado e Congresso**

O mercado tolera o financiamento público de campanhas, empoderamento orçamentário do Congresso, aumento na quantidade de parlamentares e até que os parlamentares aposentados acumulassem sua aposentadoria com o salário de qualquer mandato eletivo. Desde que:

- a) **Atue como barreira contra pautas sociais do Executivo:** Impeça a expansão de políticas redistributivas, limitando a ação do Estado em prol da redução das desigualdades; e
- b) **Defenda as pautas que beneficiem a elite empresarial:** derrubada do IOF, derrubada de imposto sobre grandes fortunas, manutenção da desoneração da folha, isenções fiscais bilionária, pagamento de IR para lucros e dividendos, regimes tributários especiais e metade do orçamento para pagamentos de juros da dívida.

1. Contexto atual

- **Governo x Mercado:**

Governo

1. Redução de super salários;
2. Tributar lucros e dividendos;
3. Cortar incentivos fiscais para empresas;
4. Novo regime de aposentadoria militar;
5. Tributar super ricos.

Mercado

1. Salário mínimo sem aumento real;
2. Desvincular reajuste de benefícios;
3. Limitar recursos para saúde e educação;
4. Nova reforma da previdência;
5. Reforma administrativa.

1. Contexto atual

- **Orçamento em disputa – GT da reforma administrativa entra nesse contexto:**

Viés – fiscal: congelamento de salário de servidores, desvincular recursos da saúde, educação e colocá-lo ao teto do arcabouço fiscal;

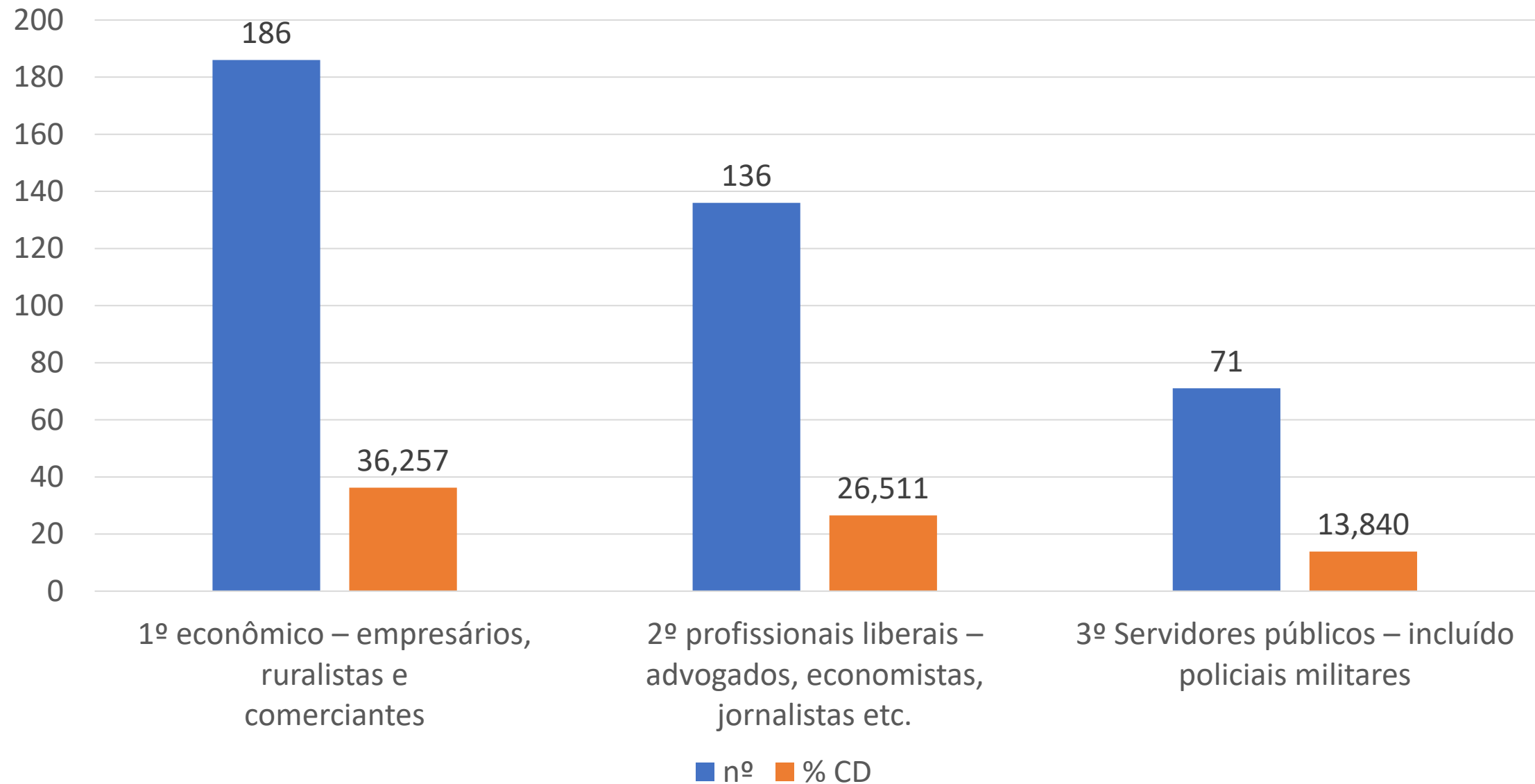
- **Narrativa da reformas trabalhista e da previdência;**

GT e PEC 32: fim da estabilidade; contrato temporário, terceirização e parcerias com entre privados; limitação de vantagens, por exemplo, o fim da progressão exclusivamente por tempo de serviço;

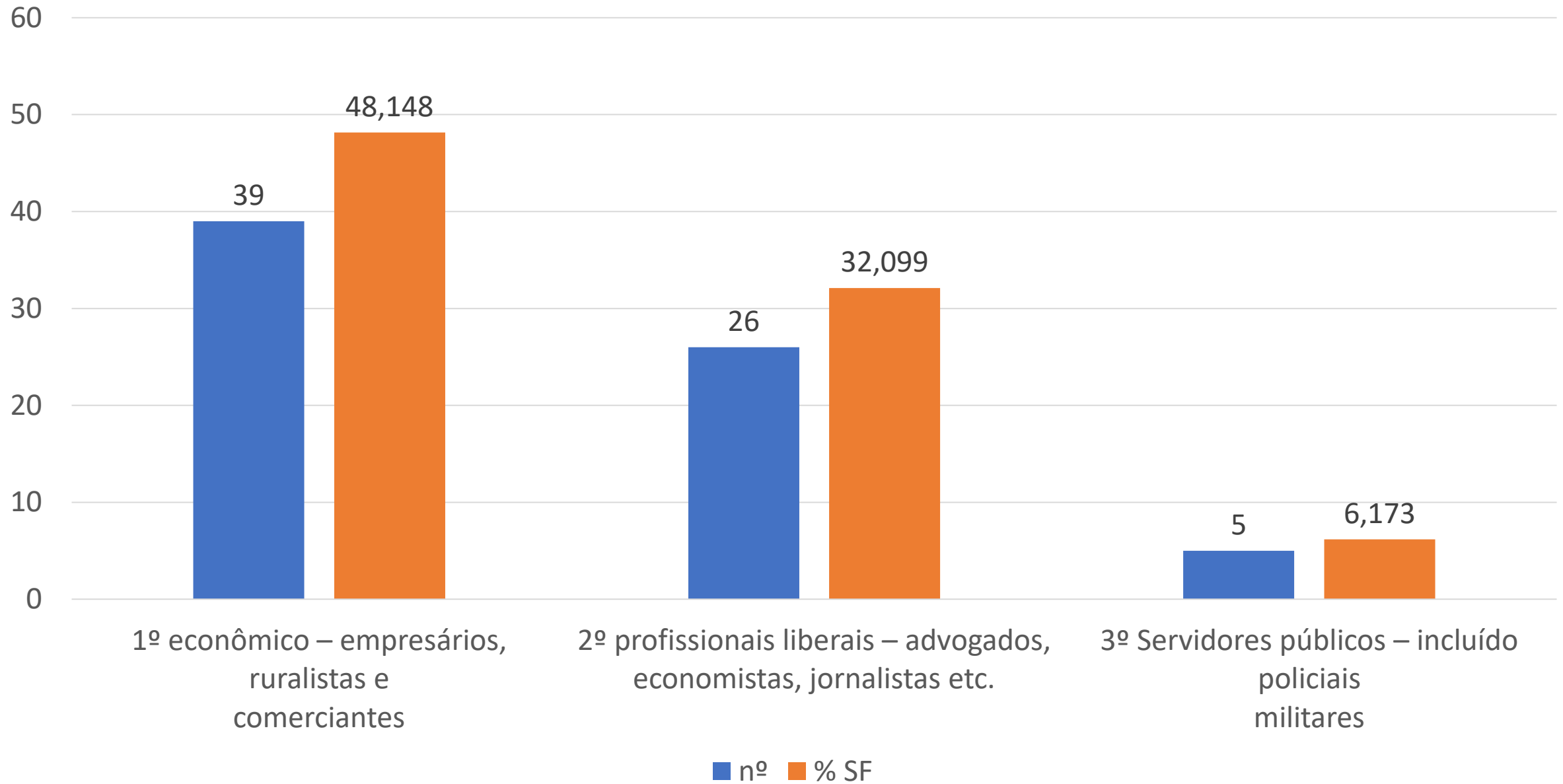
1. Contexto atual

- **Congresso em processo eleitoral:** super federações; emendas orçamentarias; fundo eleitoral; ampliação de parlamentares na câmara x impopularidade de decisões;
- **Governo em momento desfavorável e setores econômicos organizados dentro do Congresso;**
- **Exige mobilização diante dos riscos legislativos de apensamento das propostas a PEC 32 ou PEC 66, por exemplo;**
- **O perfil do atual Congresso Nacional em relação a defesa de interesses:**

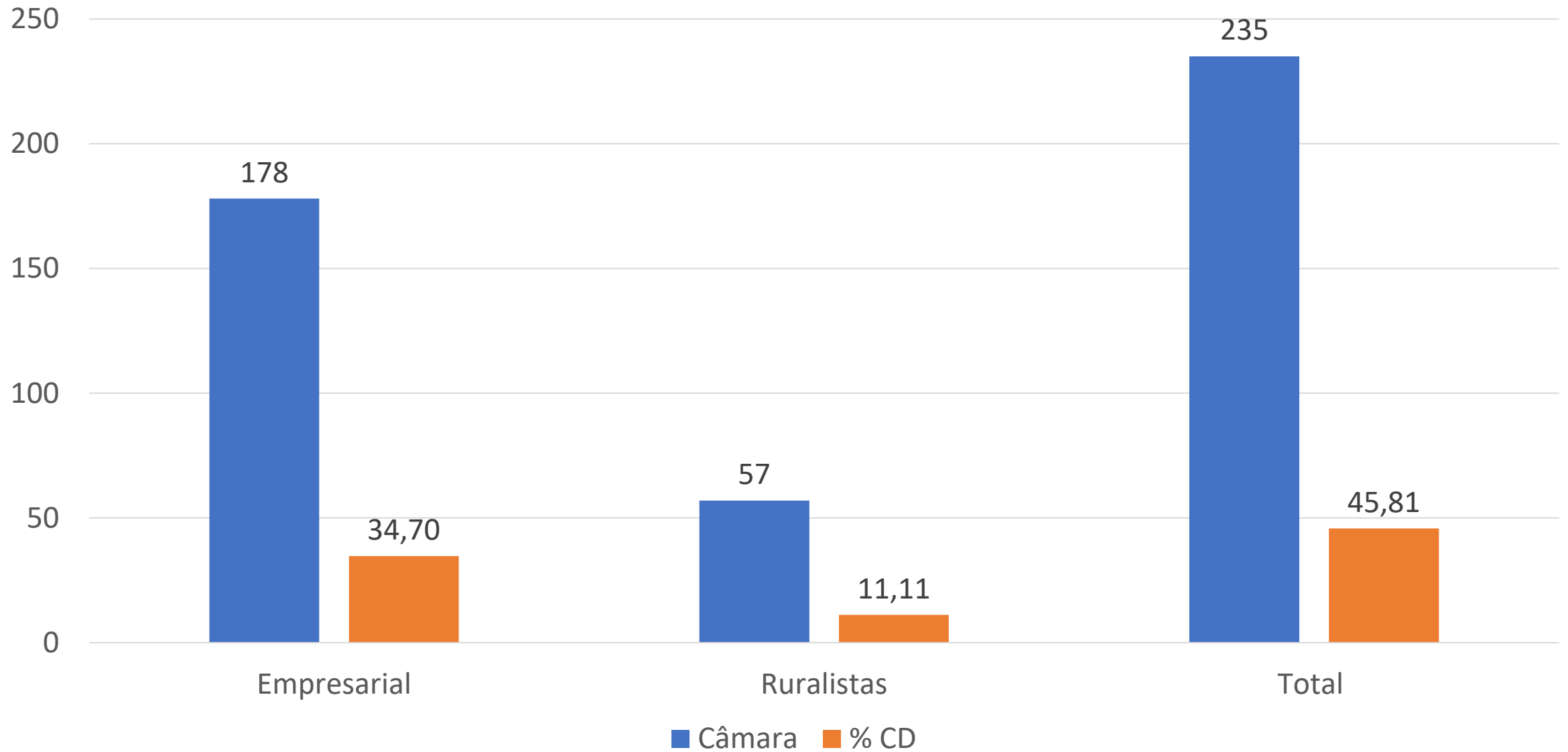
Câmara - Principais profissões/ocupações - 2023 a 2027



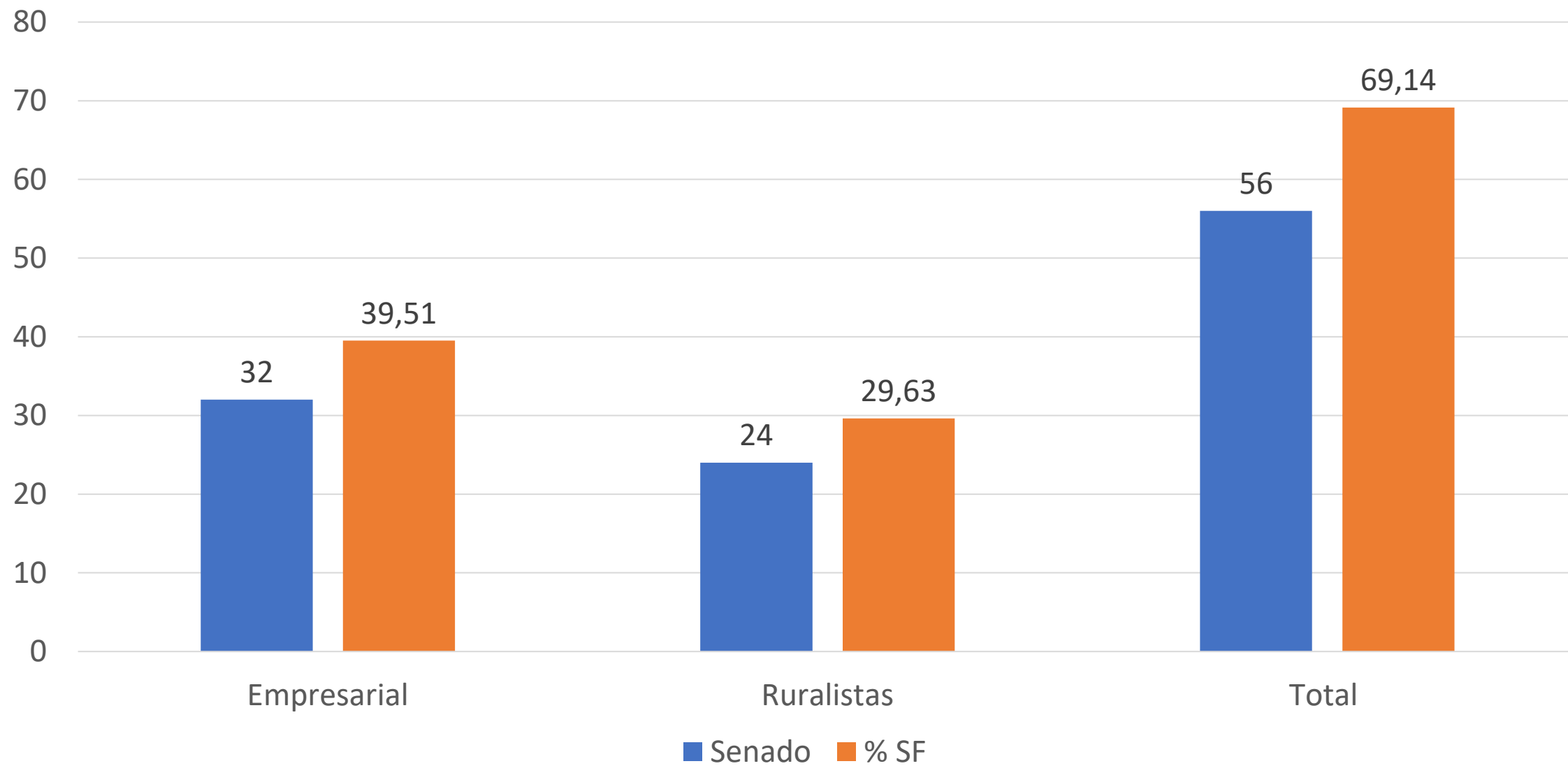
Senado - Principais profissões/ocupações



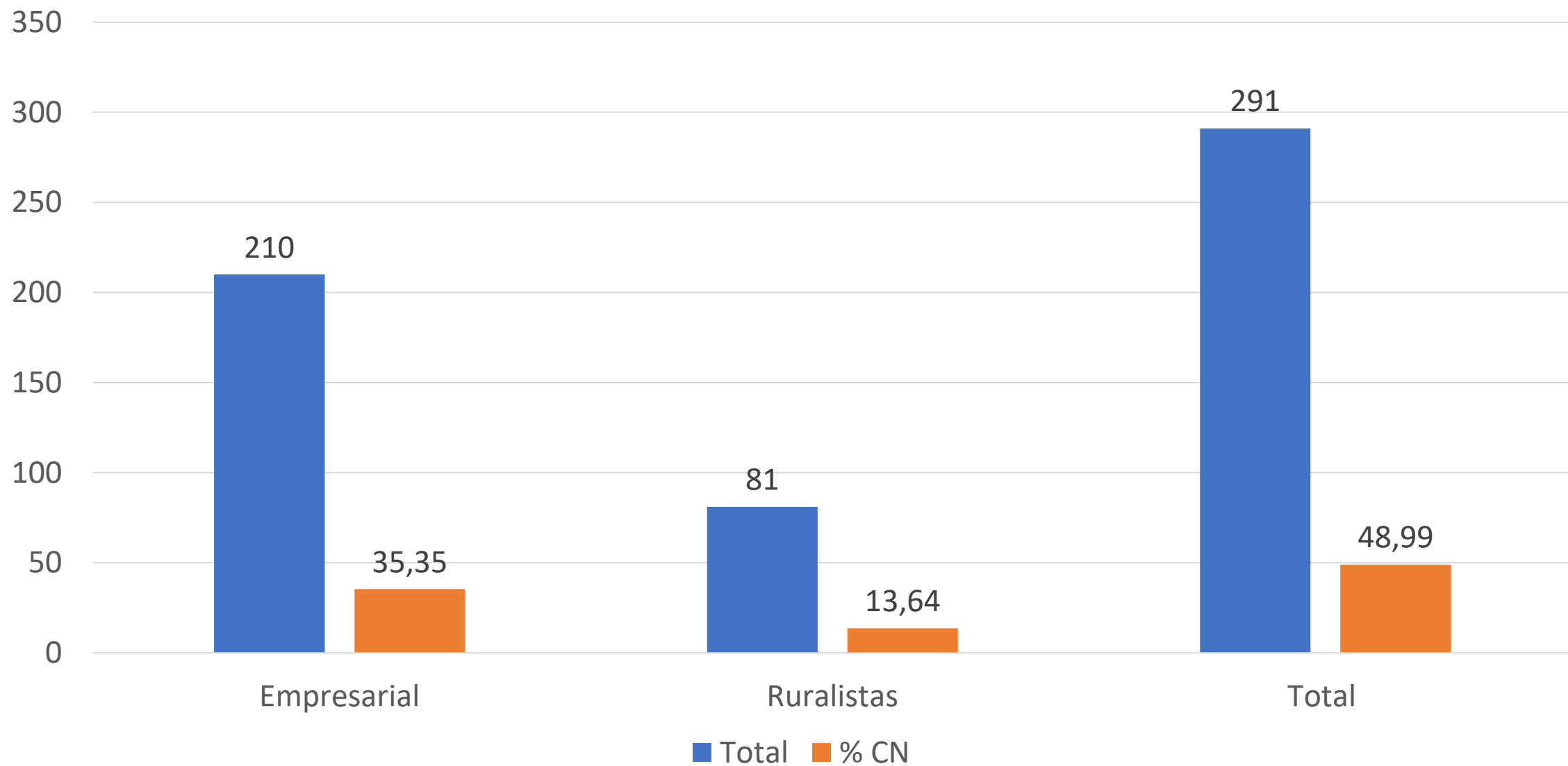
Câmara - bancadas informais



Senado - bancadas informais



Congresso - bancadas informais



2. Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa

- **Membros** – 14 deputados, sendo coordenador o vice-líder do governo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ);
- **Obs.: diferente de comissão especial que tem um debate mais participativo com 40 sessões.**
- **Prazos** – dia 07/07 a apresentação do parecer preliminar; e 14/07 a versão final;
- **Propostas** – apresentou cinco eixos de propostas que serão sistematizadas em 3 tipos de proposições: PEC, PLP e PL:

Eixo 1 Estratégia	Eixo 2 – Admissão	Eixo 3 - Desenvolvimento de Carreira	Eixo 4 - Desenvolvimento de Carreira	Eixo 5 - Governança e Implementação	Outros tópicos de interesse
Planejamento Estratégico com Foco no Cidadão; Estrutura Organizacional ; Processos; gente “servidores”	Diferentes Naturezas dos Vínculos; Processo de Seleção; Estágio probatório / Dispensas justificadas / Curso de formação	Sistema de carreiras; Gestão de Desempenho e Desenvolvimento ; Programa de Lideranças	Estímulos/incentivos à inovação e Digitalização do estado; Dados, Acesso à Informação, Proteção de Dados Pessoais; Instrumentos para facilitação de contratação de MEI como o “mais Brasil”	Implementação em Estados e Municípios; Governança da implementação ; Transparência e Dados	Supersalários / Privilégios; Regras de Punição Críveis (ex. Aposentadoria compulsória magistratura); Teletrabalho

3. Cenários políticos

- 1) Deve priorizar mudanças infraconstitucionais como projetos de lei e complementares e que possuem decisões maturadas no STF, com votação em regime de urgência;
- 2) Mudanças por meio de emenda à constituição devem ficar para o segundo semestre, porém há um ambiente de mobilização do setor empresarial e das frentes de apoio desse segmento dentro do Congresso;
- 3) Barreiras legais como competência e limites federativos – artigo 61 da CF, rol de iniciativas privativas do presidente da República.

4. Preocupações em relação ao GT

- **Manobras legislativas:**

Apensamento de PEC: caso uma nova PEC seja apensada à PEC 32/2020, deputados fora do GT não poderão apresentar emendas, comprometendo o exercício pleno do mandato.

- **Centralização:**

Participação concentrada: a condução está altamente centralizada na liderança de poucos parlamentares (Dep. Pedro Paulo e Pres. Hugo Mota).

Audiências públicas limitadas: apesar de previstas, não há transparência nem abertura real para participação ampla — o processo seletivo e restritivo.

- **Calendário:**

Prazo exíguo: 45 dias é insuficiente para consolidar audiências, redigir anteprojetos e debater medidas tão complexas.

Riscos de produzir soluções genéricas, com baixa viabilidade jurídica ou operacional.

- **Limites Constitucionais:**

Dependência de iniciativa: se as propostas envolverem criação/extinção de cargos, regime jurídico ou orçamento, dependem exclusivamente do Executivo (art. 61 da CF).

Consequência: O GT pode elaborar propostas sem eficácia prática, caso careçam de iniciativa presidencial.

- **Evidências e lições:**

Ampliação de contratação temporárias (prazo determinado), dentre outras formas de contratação; ampliação da terceirização; privatização de serviços públicos; e avaliação de desempenho.



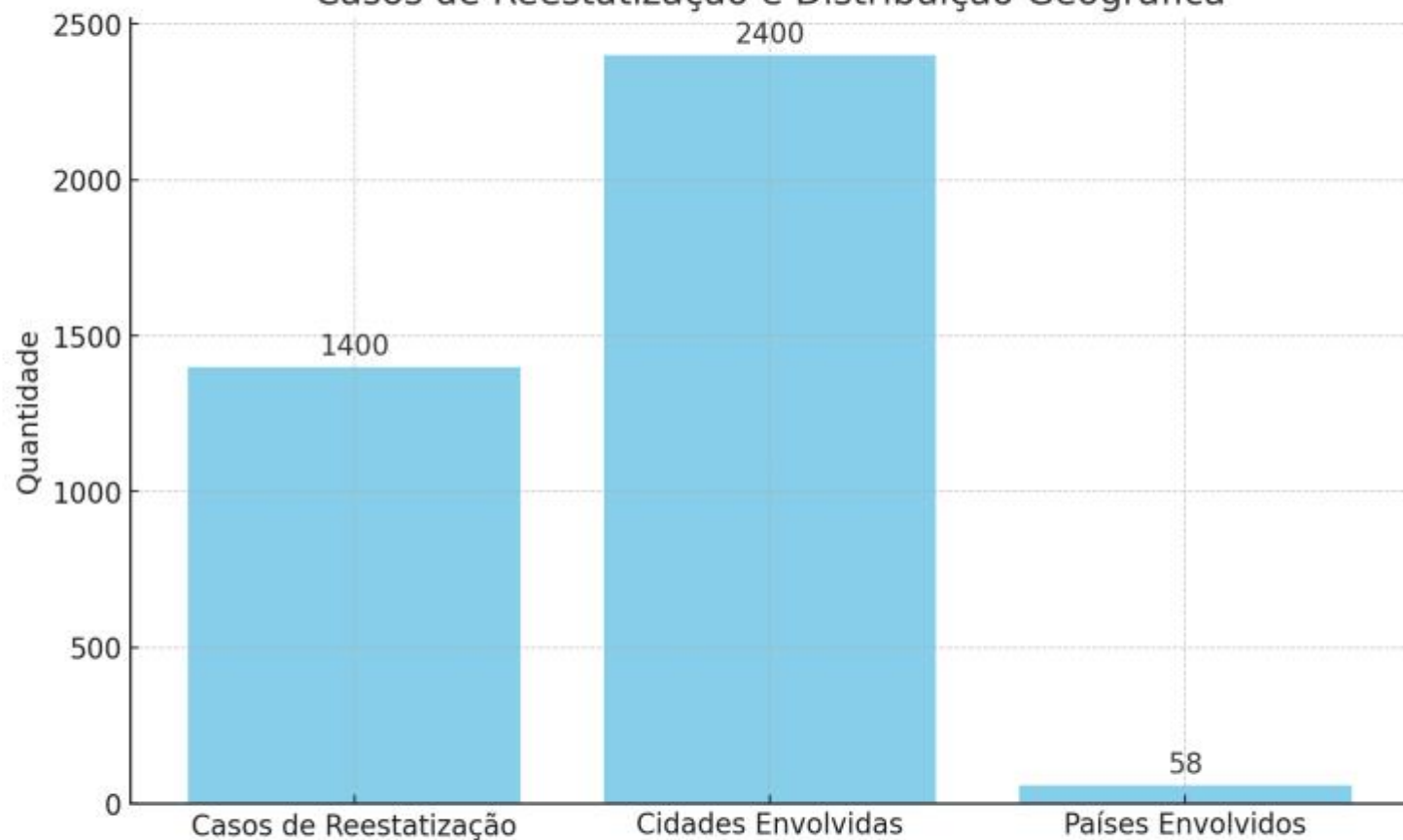
O FUTURO É PÚBLICO

PELA PROPRIEDADE PÚBLICA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



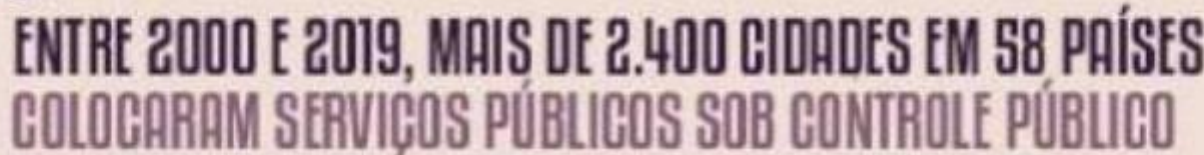
EDITADO POR
Satoko Kishimoto,
Lavinia Steinfert e
Olivier Petitjean

Casos de Reestatização e Distribuição Geográfica



Fonte: TNI (Transnational Institute), traduzida e publicada em "O Futuro é Público" pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

230



Setores de remunicipalização

311
Água

País	Nºcasos
França	106
Estados Unidos	71
Espanha	38
Alemanha	17
Canadá	8
Argentina	8
Filipinas	7
Itália	4
Rússia	4
África do Sul	3
México	3
Campanha	3
Indonésia	3
Colômbia	3
Venezuela	3
Marrocos	3
Reino Unido	3
Turquia	3
Moçambique	2
Malásia	2
Índia	2
Braçil	2
Índia	2
Estados Unidos	1
Uruguai	1
Bulgária	1
Taiwan	1
Suécia	1
Índia	1
Portugal	1
Líbano	1
Guiné	1
Espanha	1
República	1
Centro-africana	1
Bélgica	1
Albânia	1



223
Governo local

Habituação	21
Alimentação e restauração	20
Mantenção de espaços públicos (verdes)	22
Serviços de segurança e emergência	7
Transporte	10
Limpza e manutenção de edifícios	14
Esportes	10
Atividades culturais	8
Informação	7
Definição	7
Problemas	6
Serviços funerários	4
Recursos humanos	3
Outros	40



374
Energia

País	Nºcasos
Alemanha	305
Espanha	18
Reino Unido	10
Estados Unidos	11
Japão	4
Países Baixos	4
Austria	2
Bélgica	2
Dinamarca	2
França	3
Grecia	3
Índia	2
Argentina	1
Bulgária	1
República Checa	1
Holanda	1
Litânia	1
Filipinas	1
Ucrânia	1



38
Educação

País	Nºcasos
Japão	12
Malásia	6
Alemanha	5
Reino Unido	4
Filipinas	3
Canadá	2
Espanha	2
Braçil	1
Chile	1
Índia	1
Nicaragua	1



138 Serviços sociais e de atenção à saúde

País	Nºcasos
Chile	40
Marrocos	18
Canadá	14
Espanha	14
Reino Unido	10
Dinamarca	8
Suécia	7
Filipinas	6
Malásia	4
Nepal	3
Austrália	2
Alemanha	2
Japão	2
Estados Unidos	2
Bélgica	1
Braçil	1
Finlândia	1
Índia	1
Luxemburgo	1
Montenegro	1
Portugal	1
Rússia	1



192
Telecomunicações

País	Nºcasos
Estados Unidos	146
Alemanha	35
Países Baixos	7
Canadá	3
Malásia	1



47
Transporte

País	Nºcasos
França	23
Reino Unido	13
Austria	5
Países Baixos	3
Canadá	2
Portugal	2
República Checa	1
Índia	1
Malásia	1
Turquia	1



85
Resíduos

País	Nºcasos
Marrocos	39
Reino Unido	36
Dinamarca	13
Alemanha	10
Canadá	7
Espanha	6
Egito	4
França	3
Países Baixos	3
Paquistão	1
Peru	1



As remunicipalizações se esforçam por

297

MAIOR CAPACIDADE LOCAL
PARA A CONSTRUÇÃO DA
RIQUEZA COMUNITÁRIA



188

TARIFAS MAIS BAIXAS
PARA OS RESIDENTES



158

MELHORES
CONDIÇÕES
DE TRABALHO



149

MELHORAR
O CONTROLE DEMOCRÁTICO
E A PROPRIEDADE PÚBLICA



264

MAIOR
INVESTIMENTO PÚBLICO
PARA SERVIÇOS DE QUALIDADE



209

ALCANÇAR OBJETIVOS DE
POLÍTICAS QUE BENEFICIEM
AS PESSOAS E O PLANETA



27

RESponder à falência
DO SETOR PRIVADO



9

ENFOQUE FEMINISTA
nos serviços públicos



142

MELHOR
SAÚDE PÚBLICA
E REDUÇÃO DE DANOS



245

CUSTOS
MAIS COMPETITIVOS
E ECONOMIAS PARA O
SETOR PÚBLICO



76

ASSOCIAÇÃO ENTRE
USUÁRIOS, TRABALHADORES OU
COMUNIDADES E AUTORIDADES
PÚBLICAS



138

ACESSO UNIVERSAL
PARA PROTEGER OS
DIREITOS HUMANOS
E SOCIAIS



119

MEDIDAS PARA ENFRENTAR
A CRISE CLIMÁTICA



Salários altos, prestígio, apoio ao estudo: as lições dos países que tratam bem seus professores



Países com melhor qualidade na educação têm em comum políticas de valorização das carreiras de professor. Alguns exemplos objetivos podem servir de inspiração ao Brasil.

Nathalia Passarinho

Da BBC News Brasil em Londres

Plano de carreira e bons salários

A OCDE diz que, em geral, os países com melhor desempenho no Pisa pagam aos professores salário maior que a renda per capita, sendo que alguns oferecem remunerações extremamente competitivas, como Coreia do Sul, Alemanha e Hong Kong (China).

No Brasil, o piso salarial dos professores é, atualmente, R\$ 2.455. "Salário é uma questão essencial. A remuneração vem aumentando no Brasil, mas muito menos que a de profissões de igual escolaridade. Isso explica em parte a baixa atratividade da carreira para o futuro professor", diz Costin.

Mas Schleicher ressalta que alguns países que vão mal no Pisa também oferecem bons salários e que nações como a Finlândia, onde professores ganham menos que a média de outras profissões de mesma escolaridade, vão excepcionalmente bem em qualidade de ensino.

Isso significa, segundo ele, que um fator ainda mais importante que salário é tornar a profissão de professor uma carreira estimulante, com possibilidade de progressão baseada em resultados.



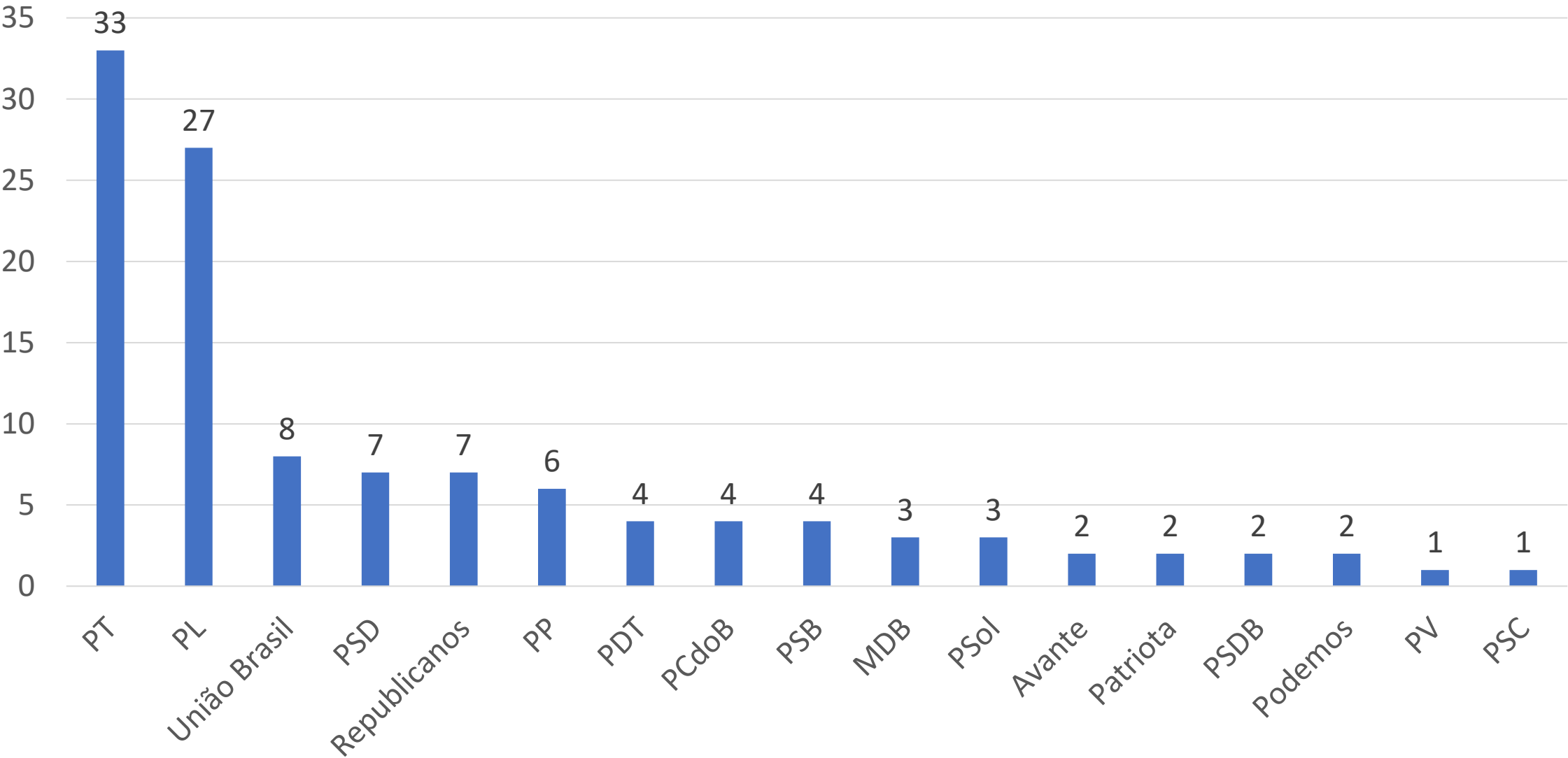
5. Ações urgentes

- Impulsionar o trabalho das frentes parlamentares;
- Agendar reunião com os parlamentares nas bases eleitorais;
- Realizar nas Assembleias e Câmara de Vereadores audiências públicas;
- Fortalecer a posição da Frente Parlamentar aos membros do GT da reforma administrativa; e
- Preparar material de comunicação direcionado aos parlamentares e a sociedade. Por onde começar?
 - Presidentes e vice-presidentes das Casas;
 - Líderes e vice-líderes partidários;
 - Assessorias das lideranças partidárias;
 - Parlamentares e seus gabinetes;
 - Parlamentares influentes – Cabeças 2025;
 - Bancada de servidores públicos/funcionalismo:

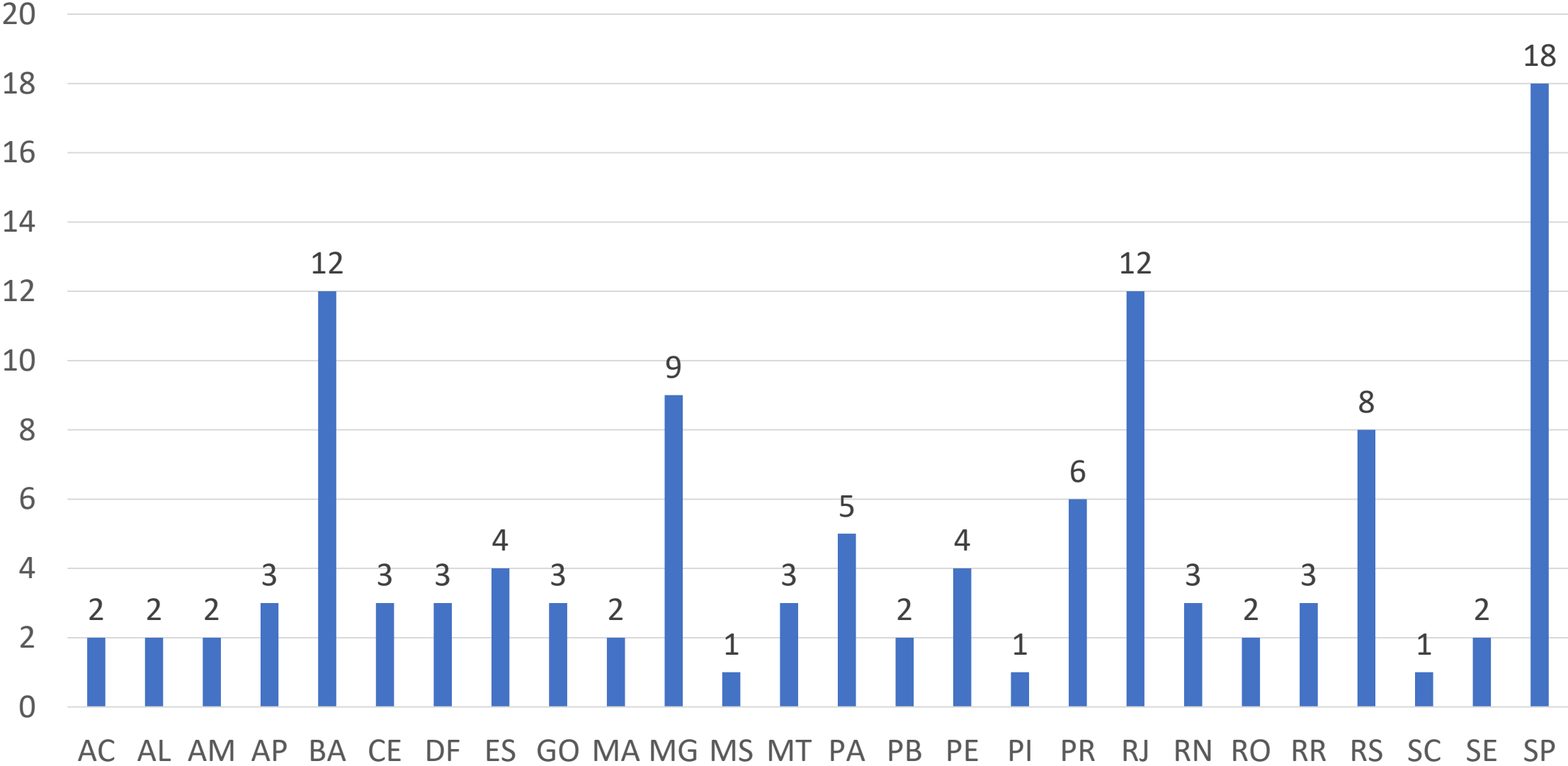
Atuação suprapartidária no Congresso – bancada dos servidores/funcionalismo público (2023 a 2027) - DIAP

- São 116 parlamentares que tem a profissão declarada principal ou secundária como servidor público em uma das três esferas;
- Distribuída em grande maioria dos partidos com representação na Câmara dos Deputados e Senado Federal (ao todo 16, CD);
- Ideologicamente em todas correntes: esquerda, centro e direita;
- Geograficamente com representantes em 26 das 27 unidades federativas; e
- Metade em primeiro mandato, porém com maioria de parlamentares experientes que conhecem a PEC 32.

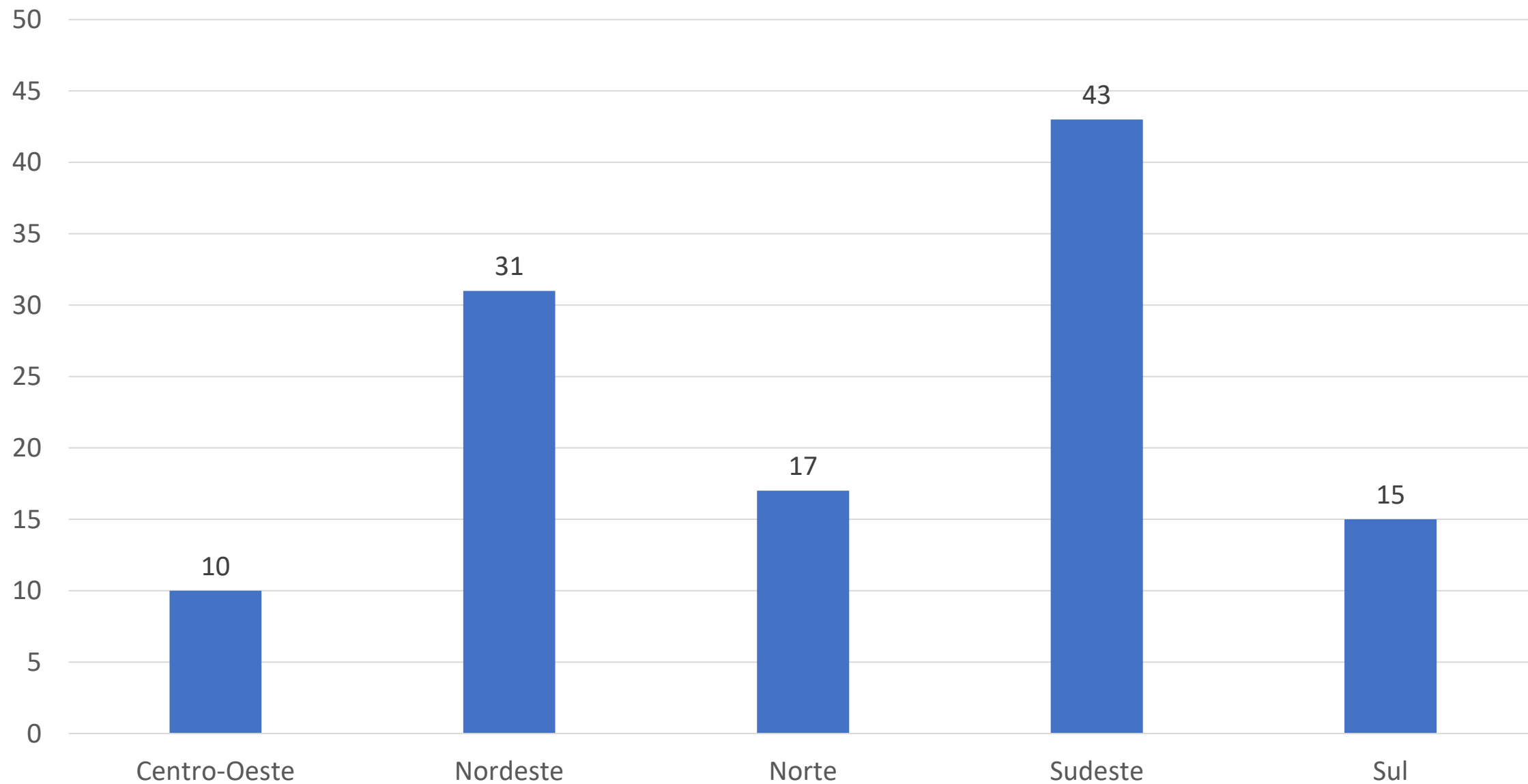
Bancada de servidores públicos por partido



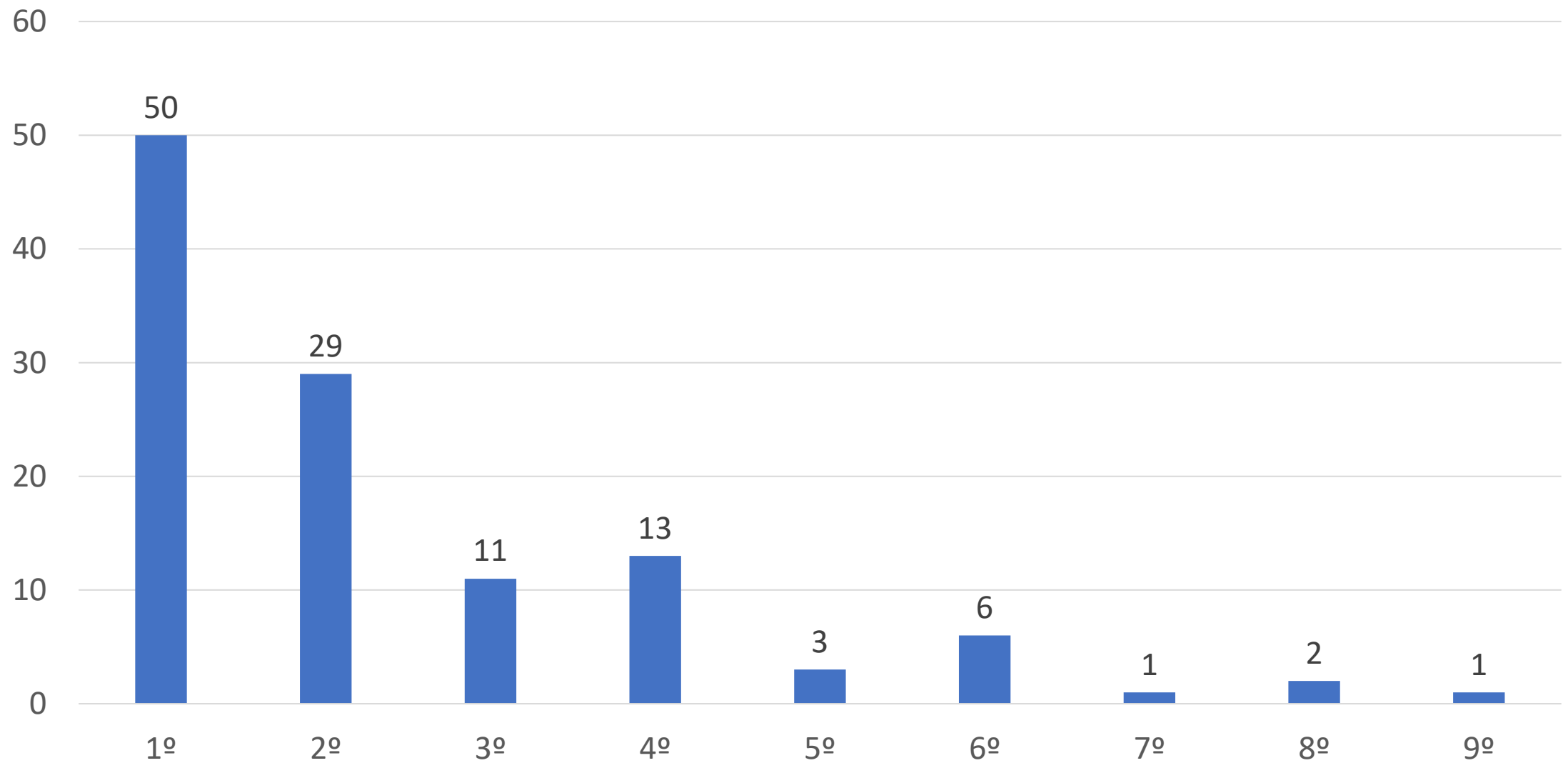
Bancada de servidores públicos por Estado



Bancada de servidores públicos por Região



Bancada de servidores públicos por mandatos





DEPARTAMENTO INTERSINDICAL
DE ASSESSORIA PARLAMENTAR

Obrigado!

neuriberg@diap.org.br – 61 9.8473-0298